

## Feminismo e Discurso do Género na psicologia Social

Conceição Nogueira<sup>1</sup>

Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

*Resumo-* Neste artigo abordaremos como o discurso do género foi construído pela psicologia social, isto é, como o próprio conceito e as teorias explicativas que o envolvem foram construindo um significado que hoje está associado ao próprio estudo do género, tendo presente a influência das diferentes teorias feministas. O feminismo, especialmente determinadas teorias e perspectivas contemporâneas permitiu o equacionar de sérias críticas à ciência tradicional, moderna e positivista, críticas essas que se fazem sentir em várias disciplinas. Apresentam-se os diferentes programas de pesquisa sobre o género na psicologia social de influência feminista: a psicologia empiricista feminista, e o pós-empiricismo feminista que coloca em causa a própria pesquisa de diferenças sexuais acentuando a construção social do género. Na psicologia social e nos estudos sobre o género estas novas perspectivas permitem um novo posicionamento e o pensar em novas possibilidades para a transformação de uma disciplina “reguladora e autoritária” para uma nova forma de acção local e contextualizada, nunca androcêntrica e universal.

*Palavras-chave:* género; psicologia social, feminismo

---

<sup>1</sup> Toda a correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para : Conceição Nogueira, Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Campus de Gualtar, 4710 Braga, Portugal. Telefone: 253604241, Fax: 253678987; Email: cnog iep.uminho.pt

## INTRODUÇÃO

Houve sempre ao longo dos tempos grande quantidade de discursos, teorias, visões acerca da mulher, essencialmente associados à sua capacidade de reprodução. Esta razão terá estado na base de todas as tentativas de compreensão e descrição da “natureza” feminina. No entanto o feminino é desvalorizado, e já em Platão como em Aristóteles a mulher, em relação ao homem, é vista como “um desvio, como uma relação imperfeita” (Joaquim, 1994, p.79). Como refere Lúcia Amâncio (1998) “ embora a mitologia da diferença entre os sexos seja muito antiga, essa permanência ao longo do tempo não explica e muito menos legitima as desigualdades actuais, ao contrário do argumento frequentemente evocado pelos defensores de uma postura passiva e fatalista perante esta questão, e que assim pretendem salientar o naturalismo e a imutabilidade das desigualdades baseadas no sexo” (p. 80).

No pensamento grego, que condicionou a cultura ocidental, o homem é o criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e à desordem, um ser inferior pela sua natureza. “É sobre estas clivagens simbólicas que se vai fundamentar a própria sociedade “(idem, p.80), desigual, mas cuja desigualdade está baseada numa presumível diferença de naturezas, atribuindo-se à mulher qualidades negativas que a impossibilitam de participar activamente de forma igual, na sociedade onde vive (Foucault, 1979).

No entanto, “ A imagem da mulher tentadora do desejo dos homens, e o mito da androginia produzido pela filosofia grega (a ideia de masculino e feminino como verso e reverso do mesmo sexo, o que “normalizou o amor homossexual) (Amâncio, 1998) vão ser profundamente alterados com o Cristianismo e o Judaísmo, religiões que representaram sempre grandes narrativas do Ocidente, e que vieram consolidar o androcentrismo fazendo-o persistir e radicalizar ao longo de toda a idade média.

Mas, “ em oposição ao domínio das crenças, dos mitos e da irracionalidade, (típicos da pré-modernidade) o Iluminismo propõe a razão, a abstracção a teorização, o método científico e a ruptura com a natureza” (Amâncio, 1998, p.81), surge depois a filosofia Iluminista cujo discurso dá origem á ciência moderna.

Para os filósofos Iluministas o discurso sobre os sexos, é pacífico, porque mais ou menos unânime relativamente à ideia de que as mulheres ou não têm razão ou têm uma razão inferior. Assim da “inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre *naturalmente* uma definição de função e de papel(...) a mulher é essencialmente esposa e mãe”(p.388). A cidadania das mulheres vem-lhes do facto de serem esposas de cidadãos, o que representa dizer que a cidadania feminina -reduzida à esfera privada -está excluída de qualquer realidade política”(idem, p.398).

O discurso médico acaba por confirmar superstições mesmo perante factos científicos contraditórios (Berriot-Salvadore, 1991), e por isso se parte da descrição do corpo feminino como uma cópia defeituosa do corpo do homem, para a crença de uma natureza frágil sujeita às desordens provenientes dos seus órgãos reprodutivos. Desde os textos medievais, passando pelo renascimento, até ao discurso na época da revolução, o discurso médico é sempre utilizado para permitir justificar a colocação da mulher na esfera familiar, conferindo-lhe um estatuto particular na sociedade. O discurso científico legitima o lugar dado à mulher, e que é, a maternidade “Em nome de um determinismo natural, o pensamento médico confina então a feminilidade ideal na esfera estreita que a ordem social lhe destina: a mulher, sã e feliz, é a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos” (idem, p.444).

A legitimação proveniente deste tipo de discurso científico permitiu que persistisse durante toda a modernidade “um discurso sobre os sexos que, nas suas vertentes dualista, biologizante da condição das mulheres, e essencialista, pouco difere do discurso religioso da pré-modernidade” (ibidem, p.3).

Se desde a Antiguidade é expressa a desigualdade, e se os mitos que a sustentam vão ser integrados na ciência moderna, a partir do século XVII e XVIII,

estes vão-se recolocar nas ciências sociais e humanas que nascem no século XIX. Por isso, esta questão é central na psicologia e especificamente na psicologia social. No entanto é necessário ter presente as diferentes vagas do feminismo para melhor se poder compreender a sua influência a nível científico.

## FEMINISMO(S)

A mudança necessária á plena igualdade foi sempre o objectivo central das várias teorias e movimentos feministas ao longo do tempo, apesar do próprio conceito de feminismo ter sido sempre muito controverso dando origem a diferentes posturas, que ainda coexistem e que inclusive, por não serem bem difundidas, confundem a população acerca do objectivo central..

O Feminismo pode ser definido como um “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (Oliveira, 1969, p.424), uma estrutura básica de consciência (Lamas, 1995) ou ainda como refere Maria de Lourdes Pintassilgo,“(...)a denúncia e a luta contra as práticas sexistas(...) isto é, as atitudes, práticas, hábitos e em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo- e só por esta razão- seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social” (1981, p.12).

Passaram cerca de duzentos anos desde a publicação de Mary Wollstonecraft's *A Vindication of the Rights of Woman* em 1792, talvez o primeiro livro feminista onde a autora exigia a independência económica para as mulheres, como forma de emancipação pessoal e de respeito pela igualdade. Desde aí, o mundo sofreu profundas alterações, como o foram as grandes guerras, ou correntes de pensamento como as de Freud ou Marx, que vieram alterar profundamente a compreensão do mundo social e emocional (Evans, 1994).

Segundo Kaplan (1992) é possível identificar a existência de três vagas no movimento feminista: a primeira que se situa no meio do século XIX, a segunda associada aos movimentos do pós-2ª Guerra Mundial e a terceira vaga, a actual,

que muitos designam por pós-feminismo, caracterizada por fenómenos como o do *Backlash*.

O início da primeira vaga do feminismo é normalmente apontado para o meio do século XIX. A emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado, e a reivindicação pela sua incorporação no estado moderno industrializado como cidadãs nos mesmos termos que os homens (Evans, 1994), foram as preocupações centrais deste período da história do feminismo. Podem-se considerar como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras do feminismo, a revolução Industrial, num primeiro momento, e as duas grandes guerras num segundo momento.

As principais reivindicações desta vaga foram essencialmente pelo direito ao voto, pelo qual o movimento sufragista se caracterizou e pelo acesso ao estatuto de 'sujeito jurídico'. No entanto, ainda durante o período da primeira vaga, é importante não esquecer a importância das duas grandes guerras para o movimento do feminismo e para a posição social das mulheres em geral. Com os homens a combater, foi pedido às mulheres que desempenhassem muitas das funções até aí atribuídas aos homens. No entanto, esta situação é encarada de forma contraditória: enquanto alguns autores pensam que o facto das mulheres terem mostrado competência e muitas terem assumido posições definitivas no mercado de trabalho, constituiu um dos factores mais importantes para a sua emancipação (Powell, 1993), outros pensam que constituiu apenas mais uma das situações, típicas de casos de emergência, onde as mulheres são requisitadas, para posteriormente, (quando deixa de ser necessário) se voltar a falar da sua importância e da relevância do desempenho dos seus papéis na família (Davidson & Cooper, 1986; 1992; Kaplan, 1992).

Quando se fala de segunda vaga fala-se da época que se situa por volta dos anos 60 e que se prolonga mais ou menos até meados dos anos 80 (Kaplan, 1992). Este período histórico de mais ou menos duas décadas, representou uma época de grande actividade e inovação.

Apontam-se vários factores para o desenvolvimento do feminismo nesta época. A euforia empresarial resultante da explosão económica posterior ao pós-guerra e o rápido e consequente aumento dos padrões de vida em alguns países,

deu às mulheres e ao seu trabalho, uma imagem completamente diferente. As mulheres foram chamadas a participar no mercado de trabalho, um convite substancialmente distinto daquele feito durante a segunda guerra mundial, já que naquela altura apenas lhes era pedido um esforço de trabalho circunstancial. O slogan da altura “o que é que os homens fazem que as mulheres não possam fazer?”, foi também o resultado da observação das experiências das mulheres no seu combate diário (muitas delas viúvas de guerra) e não uma crença teórica.

Outros factores importantes para o desenvolvimento do feminismo, parecem ter sido as forças que nasceram e cresceram no interior do movimento estudantil do fim dos anos 60, assim como um conjunto de inovações tecnológicas e científicas<sup>2</sup>.

Central em todas as expressões parecia ser a ideia da opressão feminina, opressão no trabalho mas também, e essencialmente, no seio da família nuclear. Como refere Segal (1995) o “estridente” ressurgir do feminismo como movimento de libertação das mulheres do Ocidente, no fim dos anos 60 tomou a forma de uma crítica fundamental à família. O que preocupava as feministas de então, era a percepção das mulheres como seres dependentes, subvalorizados e frequentemente isolados, essencialmente aquelas que se dedicavam à família a tempo inteiro. O criticismo feminista sobre a ideologia prevalecente da existência da família nuclear como uma instituição imutável, natural e necessária, sugeria que esta (ideologia), representava apenas uma mera glorificação hipócrita da maternidade, que acarretava desigualdades de poder entre os membros de um casal. Assim, depois do ataque promovido pelas activistas da segunda vaga, as críticas à família como uma união sancionada pela lei e pela igreja, aceleraram de forma violenta. O número de pessoas que questionavam o valor do casamento como uma instituição, a formalização do amor, assim como as questões parentais, foi sendo cada vez maior. Em muitos países, a legislação não acompanhou estes desafios e as reivindicações consequentes (divórcio, por exemplo), o que veio a dar origem a muitos conflitos (Ergas, 1991).

---

<sup>2</sup> Uma dessas inovações que teve um impacto extraordinário na vida das mulheres foi a invenção da pílula contraceptiva; esta possibilidade de controlo sobre as suas vidas e os seus corpos proporcionou um sentimento de liberdade até aí nunca sentido.

Como já se viu, com “mais ou menos evidência, a emergência do feminismo como força política parece ter anunciado - e talvez realizado -, significativas redefinições dos alinhamentos políticos e dos acordos institucionais tradicionais” (Ergas, 1991, p.580). Mas, em meados da década de 80 o feminismo começou a ficar “fora de moda”, e esta informação foi sistematicamente veiculada pelos meios de comunicação social, que referiam que as populações mais jovens estavam completamente indiferentes ao feminismo e às lutas que tiveram de ser travadas no passado. Esta é apenas uma das razões entre muitas para se designar a terceira vaga, por pós-feminismo.

Os protestos realizados pelas mulheres na Europa ocidental, assim como no mundo, foram inicialmente contra as injustiças e as desigualdades legais, políticas e sócio-económicas. As mulheres lutavam e reivindicavam que essas injustiças acabassem. Formalmente, e num sentido amplo de cidadania, esses objectivos foram conseguidos. Todas as mulheres na Europa ocidental são agora formalmente iguais perante a lei, um direito que não existia em muitos países antes da segunda vaga dos movimentos terem começado.

O que persiste no entanto, é a distância entre a igualdade legal formal e política e a prática de todos os dias. Os direitos e os princípios mantiveram-se teóricos, especialmente em termos sócio-económicos e no que diz respeito às vidas privadas das mulheres.

Apesar de tantas mudanças, a natureza das relações entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, assim como o mundo social permaneceram relativamente semelhantes. As mulheres, pelo menos as do mundo ocidental, controlam a sua fertilidade de formas nunca pensadas nos anos 70 e recebem pelo menos 10 anos de escolaridade obrigatória. As mulheres (ainda as do ocidente e não universalmente) têm mais liberdades formais e cívicas (para viajar, votar, ter propriedades, etc.), mas, no entanto, continuam a ter a responsabilidade pelo cuidado prestado às crianças e às famílias.

A frase “biologia é destino” exprime ainda uma ideia muito verdadeira para a maioria das mulheres do mundo, embora a natureza e a condição deste destino possa diferir substancialmente (Evans, 1994).

Assim, pode-se dizer que apesar de se manterem as desigualdades não se mantém o envolvimento em movimentos feministas.

A frase “Eu não sou feminista, mas...” que se tornou muito usual nos dias de hoje, reflecte o pensamento daquelas mulheres que experienciam e sentem a desigualdade sexual, mas rejeitam a imagem convencional do feminismo (Haste, 1993). Pensa-se que esta situação está associada ao aparecimento do *Backlash*, como movimento reactivo contra o feminismo.

Assim, pode-se dizer que as infra-estruturas necessárias para permitir o alcance dos objectivos feministas da libertação da mulher, não estão estabelecidas adequadamente ou são mesmo inexistentes, o mesmo acontecendo relativamente à esfera privada. A partilha das tarefas é feita apenas por uma minoria de casais, já que poucos são os casos em que os homens partilham todas as responsabilidades da casa ou o cuidado prestado às crianças<sup>3</sup>.

Os padrões de carreira actuais deram origem a maiores pressões psicológicas, e apesar de grandes esforços as mulheres não estão a conseguir atingir os lugares que se pensaria ser possível atingir há vinte anos atrás. Algumas das palavras chave da segunda vaga, tais como autonomia, auto-determinação e independência económica, surgem agora de forma “estranha” nos ouvidos das mulheres que escolheram combinar os papéis. Algumas mulheres acabaram por ficar num círculo vicioso estritamente definido pela vida dupla, e com um quotidiano regulado hora a hora. A glória da autonomia, tornou-se para muitas um pesadelo de obrigações, cujas recompensas financeiras não parecem justificar. A mensagem feminista surge como uma “pílula dourada” agora revelada (Haste, 1993).

Sem a reeducação dos homens de forma a funcionarem como parceiros iguais em situações afectivas e familiares ou o suporte constante de outro adulto, o stress torna-se imenso e prejudicial para muitas mulheres (Davidson & Cooper, 1992).

---

<sup>3</sup> É preciso não esquecer o desenvolvimento da família que sofreu uma grande mudança nos últimos 100 anos. Provavelmente a perda mais importante para a moderna família nuclear foi o suporte de estruturas de parentesco, como avós, tios, cunhados, etc. Uma mulher jovem do século XX com um filho terá mais dificuldade em o criar e o educar que uma mulher no século XIX, principalmente pela quantidade de stress que essa situação implica actualmente.



E é precisamente neste momento cultural vulnerável, que se pode observar o emergir de ideologias, que revertem os conceitos e as crenças. Exemplo desta situação, é o caso de algumas mulheres chegarem à conclusão que têm virtudes e forças especiais, especificamente porque são biológica e “intrinsecamente” diferentes dos homens. Esta “perspectiva de valor específico” sugere que as mulheres possuem virtudes especificamente femininas (como cuidar das crianças, e por isso ser maternal, dar suporte afectivo, etc.), às quais tem sido dado pouco reconhecimento.

Se ser feminista, implica, no discurso tradicional, ser uma mulher mal amada, desinteressante do ponto de vista sexual, com problemas de relacionamento interpessoal ou lésbica, as mulheres podem optar por ser “verdadeiras” mulheres, afastando-se assim deste estereótipo limitativo. Assim, a frase “Eu não sou feminista, mas...” representa o facto de muitas mulheres pretenderem distanciar-se dos estereótipos veiculados pela caricaturização do feminismo veiculada pela ideologia tradicional, aceitando, no entanto, a existência de alguns problemas. No entanto é importante perceber que estas posturas inviabilizam por completo qualquer movimento colectivo de pressão.

### PSICOLOGIA SOCIAL, ESTUDOS DE GÉNERO E FEMINISMO(S)

Podemos agora questionar-nos como é que a psicologia social e os estudos de género em particular se foram posicionando relativamente à questão da igualdade entre os sexos assim como às mudanças que aconteciam no seio dos movimentos feministas.

Na psicologia o conceito e o impacto da pesquisa sobre as diferenças sexuais é fundamental para esta análise. A pesquisa acerca das diferenças sexuais está historicamente associada ao desejo masculino de compreensão da natureza das mulheres (Hare-Mustin & Marecek, 1994) e está imbuída de conflito e mistificação desde os seus tempos mais remotos ( Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a,b,c,d</sup>).

Como já referimos, desde Aristóteles até à actualidade, afirmava-se a distinção entre os sexos, a superioridade masculina e o seu posicionamento como grupo de referência e comparação (Bem, 1993).

Desde 1910 que se assiste na psicologia à afirmação das diferenças sexuais para sustentar a inferioridade feminina, limitando a sua esfera de acção, restringindo a sua autonomia e liberdade de movimentos .

Quando, no início do século, Terman e Miles baseando-se na premissa de que a ausência de diferenças na medida de inteligência devia indicar que estas (diferenças) se situavam a outros níveis, como sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos, acabam por oferecer uma descrição da imagem de uma mulher típica através de uma série de oposições ao homem típico (Lorenzi-Cioldi, 1994).

A partir destes trabalhos estão criadas as condições não só para o aparecimento imediato dos temperamento masculinos e femininos, como também o início de um vasto programa de pesquisa sobre as diferenças sexuais.

A imagem de uma mulher que difere do homem pela sua emocionalidade mais rica e variada, que condiciona o seu comportamento quotidiano, sendo igualmente tímida, dócil, vaidosa e sem espírito de aventura, torna-se uma espécie de protótipo de temperamento que vem assim a constituir-se como norma para um grupo. Os temperamentos, para além de se tornarem o centro de gravidade dos grupos, o que permite o entendimento da variação individual, estão organizados em função da oposição entre esfera privada e esfera pública, família-trabalho. Estruturam a organização da divisão entre a esfera produtiva e a doméstica (Giddens, 1994). A teoria posterior de Parsons nos anos 50, incide sobre a estrutura da família e a socialização dos papéis sexuais, sendo a divisão das tarefas na família a componente sociológica desta teoria. As esferas privada e pública traçam a linha divisória dos papéis sexuais resultando daí os temperamentos masculinos e femininos, produtos da interiorização desses papéis (Lorenzi - Cioldi, 1994).

O bom desempenho dos papéis (de expressividade para as mulheres e de instrumentalidade para os homens) orienta a personalidade individual, sendo deste modo encarada como um protótipo (Lorenzi -Cioldi, 1994). É através do processo de socialização dos papéis sexuais (socialização feita essencialmente no seio da

família) que determinados papéis sociais são associadas a cada um dos sexos definindo-se deste modo as diferenças no perfil de personalidade de homens e mulheres (Amâncio, 1994).

Depois dos trabalhos de Terman e Miles por volta dos anos 30 e do desenvolvimento posterior realizado por Parsons e Bales, nos anos 50, toda uma corrente de pesquisa se seguiu baseada na simplicidade da dualidade de papéis, assistindo-se à redução dos temperamentos masculinos e femininos à posse simples de traços de personalidade (Lorenzi -Cioldi, 1994).

Assiste-se ao assumir de disposições individuais consistentes e estáveis, os traços, sendo as personalidades femininas e masculinas tomadas a priori para justificar, por exemplo, a desigualdade no acesso a posições de chefia, supostamente requerendo traços instrumentais, logo masculinos.

Este estado de coisas na psicologia científica da época, teve de esperar pela Segunda vaga do feminismo para sofrer algum abalo, proveniente das críticas feministas, que no entanto não tiveram um caminho fácil á sua espera.

Na psicologia assistiu-se sempre a uma grande resistência relativamente à aceitação das críticas feministas no que diz respeito aos paradigmas teóricos, possivelmente devido à ênfase positivista que dominou a disciplina, e que se fundamentava na neutralidade e na objectividade (Hare-Mustin & Marecek, 1990b;1990c). Se ser feminista implica uma clara defesa dos interesses de um grupo, assumir o feminismo na ciência psicológica seria assumir como que a sua não-neutralidade (Harding, 1994; Kitzinger, 1991). A procura do conhecimento científico supõe-se ser neutra, objectiva, desapaixonada e desinteressada (pelo menos em termos da perspectiva da ciência moderna), procurando proteger os resultados da pesquisa dos valores sociais dos pesquisadores e das suas culturas.

As críticas feministas podem equacionar-se como sendo de tipo empiricista ou mais recentemente de tipo pós-modernista. Durante a Segunda vaga do feminismo, quando das primeiras críticas á psicologia e ao estudo das diferenças sexuais em particular, estas foram essencialmente de tipo empiricista, isto é, argumentam que os enviesamentos sexistas e androcêntricos podem ser eliminados pela adesão estrita às normas metodológicas já existentes da pesquisa científica (Harding,1994). Desafiam essencialmente o método científico que

consideram incompleto, não as normas da própria ciência, isto é, embora admitam a emergência de novas questões, mantêm sem questionar a lógica do processo de pesquisa e a lógica da explicação científica.

Neste sentido, o sexismo e o androcentrismo na pesquisa científica são devidos inteiramente a uma “má ciência” (Harding, 1994). A existência de distorções é causada pelos enviesamentos sociais, e os preconceitos são o resultado de atitudes hostis e falsas crenças, provenientes da ignorância ou da superstição (Harding, 1986).

A psicologia tem contribuído bastante para modelar e dar suporte às crenças de um indivíduo como uma entidade auto-contida e nobre em si mesma. Esta visão centrada no indivíduo, determinou que se elevassem as acções individuais a determinantes, acima da influência do contexto onde as acções decorriam. A independência, a autonomia e as fronteiras de um Ego bem delimitadas, tornaram-se objectivos do desenvolvimento saudável. Igualmente se pode considerar que a grande importância dada às diferenças individuais, surgiu desta ênfase no indivíduo, e no campo das diferenças, aquelas entre homens e mulheres foram, como já se referiu, as mais analisadas (idem, 1990 ).

Estas diferenças foram atribuídas a factores de ordem biológica, assumidas como naturais e moralmente correctas. As diferenças biológicas serviram para colocar as mulheres “nos seus devidos lugares” , isto é, na esfera familiar e nas relações de suporte afectivo.

Depois de Parsons ter assumido os conteúdos dos temperamentos como sendo traços de personalidade e de ter feito depender da socialização na família nuclear a aquisição de papéis de homem e mulher, a proliferação de questionários e inventários de medidas de personalidade não se fez esperar. Apesar de muitos resultados não se revelarem concordantes com a teoria, os investigadores parecem ter “forçado” as respostas observadas a uma ligação do género (sexo cultural, social e psicológico), ao sexo biológico (Hare-Mustin & Marecek, 1990).

As incongruências observadas e salientadas pelas críticas feministas vão estar na origem essencialmente da teoria da androginia formulada inicialmente por Sandra Bem, e na teoria do papel social de Alice Eagly, duas das primeiras grandes contribuições feministas efectuadas no decorrer da Segunda vaga do

feminismo e com uma orientação teórica feminista muito do tipo socialista e liberal.

Como diz Amâncio (1998) “ de facto foi preciso esperar pelos efeitos da Segunda vaga do feminismo, nos anos 70 (...) para que a ciência fosse capaz de enfrentar a questão das diferenças entre os sexos, como algo a explicar e não explicável em si mesmo. (...) um século de estudos sobre as diferenças sexuais não tinha conseguido produzir senão resultados contraditórios, permanentemente sujeitos a críticas no plano teórico e metodológico” Amâncio, 1998, p.85)”.

Às críticas à existência de traços associados ao género, isto é, de masculinidade e de feminilidade e ao seu posicionamento bipolar, mutuamente exclusivo e ao sexo biológico como determinante desses traços de género desejáveis e apropriados para um adequado ajustamento psicológico, aliaram-se as críticas relativas aos aspectos metodológicos. Para além da afirmação de enviesamentos sexistas, começava a ser referida a existência de valores implícitos nas escalas de medida empregues na pesquisa, que assumiam as diferenças de género como qualidades “essenciais” privilegiando dois géneros psicológicos distintos, consistentes com o sexo biológico e estáveis ao longo do ciclo de vida.

A noção de androginia, que surge no início dos anos 70, pretende desafiar esta perspectiva acerca dos sexos (Morawski, 1990).

A androginia sugere a combinação de atributos femininos e masculinos, eliminando a suposição do dualismo de género. Não assume nenhuma ligação entre sexo biológico e género psicológico (Morawski, 1990) e pretende essencialmente que as mulheres se libertem das orientações comportamentais consideradas adequadas ao seu sexo (Amâncio, 1994).

O conceito de androginia psicológica implica que é possível para um indivíduo ser ora compassivo ora assertivo, ser expressivo e instrumental, ser masculino e feminino dependendo das circunstâncias apropriadas a estas várias modalidades (Bem, 1981). Implica ainda, que um indivíduo pode combinar estas modalidades complementares num único acto, como por exemplo, a capacidade para despedir um empregado, se as circunstâncias o exigem, mas tendo em atenção as emoções que tal acto inevitavelmente produz. Deste modo pode-se dizer que “um indivíduo andrógino dispõe, pois de um maior leque de

comportamentos que lhe permitem ser autónomo, flexível e adaptado aos diversos contextos” (Saavedra, 1995, p.46).

Segundo Lorenzi-Cioldi (1994) o impacto das ideias acerca da androginia provém da suposição de um ideal que põe fim à incompreensão entre homens e mulheres, à exploração e à dominação de uns sobre outros, ao fim do seu conflito. Sugere que se pode retirar desta teoria uma utopia, onde a personalidade andrógina reconcilia os sexos num ser novo, ultrapassando as fronteiras do masculino e do feminino e o dualismo psicológico e cultural que lhe está associado. Esta utopia edifica uma personalidade original, singular, autêntica e excêntrica em relação aos seus grupos de pertença. O retorno à androginia (no sentido dos mitos) implica a elevação a um bem-estar, à perfeição e ao fim da guerra dos sexos (Lorenzi-Cioldi, 1994). Como refere Amâncio (1994) a hipótese central do modelo de Bem sugeria que os indivíduos andróginos (que alteram comportamentos femininos e masculinos em função das situações) possuíam uma auto-estima mais elevada assim como bem estar superior.

No entanto, esta noção revelou-se, de forma algo paradoxal, inconveniente e desapropriada para as perspectivas feministas (Amâncio, 1994; Morawski, 1990). A questão principal residia no facto de o modelo da androginia continuar a reconhecer os conceitos convencionais de feminilidade e masculinidade, retendo o dualismo clássico e a afirmação de algumas diferenças de género “reais”, isto é, a existência de entidades reais e internas do ponto de vista psicológico (Morawski, 1990). Para além disso, as análises quantitativas realizadas indicavam que os valores de masculinidade eram os melhores preditores do comportamento andrógino, surgindo deste modo uma valorização do modelo da masculinidade.

Apesar de a partir de meados dos anos 70, não se encontrar consenso entre os psicólogos quanto à existência de diferenças sexuais, a pesquisa relativa aos estereótipos de género (Ashmore, & DelBoca, 1981) revelava a existência de crenças populares e bem disseminadas quanto às diferenças sexuais.

Alice Eagly (1987) elaborou a sua teoria de papel social, sendo a sua tese central a ideia de que as diferenças sexuais são um produto dos papéis sociais que regulam o comportamento na vida adulta (em oposição a muitas teorias das

diferenças sexuais baseadas quer em factores biológicos, quer na socialização infantil precoce). Considerando que as explicações baseadas nos papéis sociais que controlam a vida adulta não tinham sido ainda alvo de qualquer tentativa unificadora, no sentido da organização de uma teoria distintiva do comportamento sexual tipificado, decidiu interpretar as diferenças sexuais no comportamento social em termos de uma única perspectiva social-normativa.

Os papéis de género são definidos como aquelas expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos, em função do seu género socialmente definido. Estes papéis de género induzem quer directa quer indirectamente a diferenças sexuais estereotipadas.

Na medida em que homens e mulheres não estão proporcionalmente representados em papéis sociais específicos, acabam por adquirir diferentes competências e crenças que, por sua vez, afectam o seu comportamento social. Homens e mulheres estão sujeitos a diferentes expectativas às quais se conformam (em certa medida) e por isso desenvolvem diferentes competências, assim como atitudes e crenças, sendo que a causa para o comportamento socialmente tipificado parece ser a divisão do trabalho entre os sexos<sup>4</sup>.

Apenas uma mudança na divisão do trabalho, poderá conduzir a uma mudança substancial no conteúdo dos papéis de género, na tipificação das competências e crenças e, posteriormente, na extensão das diferenças sexuais. Finalmente, considera que a disparidade entre a mudança de atitude face a aspectos da igualdade de papéis e o conteúdo dos estereótipos de género, se explicam pela (ainda) reduzida participação de mulheres no mundo do trabalho.

Algumas críticas a esta teoria incidem quer na concepção de papel de género, como uma causa e não um efeito (Amâncio, 1994) quer sobre algumas questões que deixa por colocar (Hare-Mustin & Marecek, 1990c; 1990d). Estas autoras referem que essas questões são: quais as origens dos papéis de género? como se explica a dominância do homem e a subordinação da mulher? será a dominância masculina o resultado de uma fraca aprendizagem de competências por parte das mulheres?

---

<sup>4</sup> A autora assume que apenas se preocupa com a análise das consequências da divisão do trabalho e não com as suas origens, que considera serem mais pertinentes para a análise sociológica e antropológica.

Apesar da ênfase na socialização, defendida por Eagly, ter implicado uma desfocagem do aspecto biológico, a favor de uma ênfase no condicionamento cultural (Amâncio, 1992), o sistema social das relações de género continua a não ser questionado.

Apesar da existência de numerosos trabalhos que afirmam a inexistência de diferenças sexuais, grande número de pessoas continuam a acreditar em distintos posicionamentos de homens e mulheres face à vida, atitudes relacionadas com o trabalho ou com a família, motivações, comportamentos e traços de personalidade. Os traços como independência, agressividade e dominância continuam a ser associados a homens, e a sensibilidade, emocionalidade e gentileza às mulheres (Powell, 1993).

As pessoas acreditam nas diferenças sexuais (Crawford, 1995), tendo para isso contribuído os cientistas sociais que ajudaram a criar e a confirmar a crença, seja através da pesquisa, seja pelo desenvolvimento de teorias que se baseiam nas diferenças, escamoteando as semelhanças (West & Zimmerman, 1991). Nessa perspectiva, as diferenças são concebidas como “situando-se” dentro dos indivíduos. A ciência e os meios de comunicação social construíram uma narrativa poderosa: que o género é diferença e que a diferença é estática, bipolar e categorial. Ao absorver estas mensagens, os sexos “tornam-se” opostos para o nosso entendimento (Crawford, 1995). Como esta autora refere, muito do que se nos apresenta como sendo diferenças naturais, são apenas construções da interação social, mas às quais é conferida “realidade” pela pesquisa nas ciências sociais.

Na psicologia, as feministas desafiam o que conhecemos acerca de homens e mulheres, questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para o significado de género, implícito no nosso dia-a-dia (Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a</sup>).

O conceito de diferenças sexuais representa a passagem da ideologia dominante ocidental da viragem do século, através da nova ciência psicológica, reforçada pela legitimação que a ciência permitia (Hollway, 1994). Quando a psicologia se separou da filosofia, a ciência psicológica adoptou um pendor



dominantemente biológico que impunha a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a medida das diferenças individuais.

É importante ter presente que os debates acerca do género e da diferença sexual não são meros exercícios académicos: eles têm consequências evidentes e importantes. O que “fizemos” do género e a forma como se definir homem e mulher tem influência no modo como as pessoas se percebem a si próprias e ao mundo (Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a</sup>). Mas o significado do género tem também influência no comportamento, nas instituições sociais e sua organização, tais como o trabalho, a reprodução, os cuidados com as crianças, a educação e a família. Por todas estas razões, os debates acerca do género têm conseguido grande proeminência nos meios de comunicação social, no envolvimento de figuras públicas e representativas das maiores instituições da sociedade (idem, 1994).

Segundo Crawford (1995) a ênfase nas diferenças sexuais teve importantes consequências dentro da comunidade científica e na prática profissional dos psicólogos. O discurso da diferença suporta as instituições e reproduz as relações de poder existentes, já que esta pesquisa não é, geralmente, apolítica e as ideias acerca da diferença não entram no discurso público de forma neutra. Uma grande parte da psicologia popular, desde a emergência dos movimentos contemporâneos de feminismo, pode ser encarada como uma forma de *Backlash*, no qual as mulheres são patologizadas, novos problemas são inventados, como o conflito entre os sexos, o feminismo é culpado e são advogadas soluções que implicam o retrocesso para o controlo de dominância masculina.

E como o *Backlash* se apropria da linguagem, quer do feminismo quer da psicologia, é importante estar atento. É nesse sentido que as críticas feministas têm um papel a desempenhar.

Assim pode-se dizer que as feministas académicas e os estudos sobre o género, assim como as críticas à ciência tradicional, que acompanharam a segunda vaga do feminismo, contribuíram para o enriquecimento e para uma visão mais alargada das ciências sociais (Lott, 1990). Na psicologia, as feministas insistiram no reconhecimento e na afirmação do sexismo, quer no desenvolvimento de hipóteses quer nos procedimentos adoptados para as validar, na reivindicação de

expansão da área de pesquisa de forma a incluir um enfoque na experiência das mulheres, e na necessidade de se estudar as consequências da dominação masculina para o desenvolvimento pessoal e para a interacção social.

A perspectiva feminista na psicologia originou o levantamento de novas questões, a introdução de novos conceitos, modelos e problemas, uma ênfase no significado do género em termos do seu valor como estímulo, como prescrição de papel e relação de poder. Pode dizer-se que hoje o seu trabalho (quer teórico quer empírico) é reconhecido e apreciado (idem, 1990). No entanto, relativamente às críticas que apresenta, enquanto algumas são aceites e consideradas dentro da psicologia (Lott, 1990), outras representam, por si só, o ponto de partida para novas perspectivas e alternativas, que se tornam mais marginais dentro da psicologia.

Na psicologia, o feminismo empiricista e o seu programa incidiu sobretudo na remoção dos enviesamentos sexistas e androcêntricos da pesquisa, mas permitiu ainda assim, que muito ficasse por questionar. A psicologia empiricista feminista não desafiou as crenças acerca dos sujeitos das pesquisas e dos observadores, os fundamentos do método científico, da observação, da análise, da predição e da generalização e a aquisição do conhecimento.

O facto de ter entrado numa lógica empiricista, não eliminou a marginalidade das mulheres (afinal um objectivo primordial deste feminismo), e não promoveu o pensamento reflexivo auto-crítico necessário para compreender o sexismo e promover novas ideias e novos sistemas (Burman, 1990; Wilkinson, 1986). Pelo contrário, a ciência feminista empiricista continuou a tomar o homem como a perspectiva geral, sendo a mulher o “outro” problematizado (Morawski, 1990).

A ciência sustenta, mantém e alimenta as relações sociais prevalecentes onde o conceito de género está subjacente, sendo compreendido através de lentes categoriais e dualismos. O potencial do empiricismo é, por isso, limitado devido à natureza genderizada dos seus conceitos e a uma visão do mundo sustentada por dualidades relacionadas com o género (idem, 1990).

Concluindo, as feministas teóricas assim como outros teóricos sociais desafiaram muitas das afirmações modernistas da psicologia, incluindo o seu

essencialismo, individualismo e a sua fé no positivismo (Hare-Mustin & Marecek, 1994). Estas autoras pensam que as diferenças sexuais não se devem “reformular” porque elas representam uma “má questão”. Como refere Hollway (1994), até aos dias de hoje a psicologia social feminista continua armadilhada nos dualismos: sexo versus género e semelhança versus diferença. É necessário, por isso, um projecto psicológico feminista que rejeite o dualismo. O conhecimento científico necessita ser compreendido como poder social, não como leis universais ou parcelas de afirmação de verdade. Se a ciência for compreendida em termos sociais e relacionais, as oportunidades práticas para a pesquisa feminista poderão ser exploradas. É necessário dar-se um passo para a transformação do discurso feminista, passo que requer a separação do discurso “mestre”, identificando novos valores e fazendo uma desconstrução dos discursos (Morawski, 1990).

Segundo Harding (1986), as movimentações que se têm vindo a referir, começaram a surgir por volta dos anos 80 e inscrevem-se no feminismo pós-modernista, do qual falaremos no ponto seguinte.

Talvez a ideia mais importante das perspectivas pós-modernas seja a negação da procura da verdade universal e absoluta (Flax, 1990; Harding, 1990; Rosenau, 1992). Esta verdade, característica do feminismo empiricista, reconhecia a existência de um “indivíduo conhecedor” estável e autónomo, a possibilidade de conhecimento objectivo e desinteressado, a existência de lógica, de racionalidade, de razão (independente de qualquer sistema social) e a crença na validade da linguagem para descrever a realidade (Benhabib, 1990; Freud, 1994; Soper, 1994).

O feminismo pós-modernista tem fornecido algumas propostas para concepções alternativas à “verdade” no sentido do progresso, assim como à produção do conhecimento (Flax, 1990; Fraser & Nicholson, 1990). Entre estas possibilidades para uma nova metateoria pode-se encontrar o reconhecimento da identidade, como fragmentada, plural, em conflito e o reconhecimento que os modelos de conhecimento e verdade dependem das relações sociais estabelecidas num determinado contexto histórico e dependendo dos interesses individuais (Burr, 1995).

Nos trabalhos das feministas pós-modernistas, a linguagem e as relações sociais tornam-se centrais para a produção do conhecimento, e para a representação da experiência (Wilkinson & Kitzinger, 1995). O conhecimento é reconhecido como necessariamente pragmático e parcial, e o papel do conhecedor como inerentemente social e político (Flax, 1990).

A literatura psicológica sobre as diferenças entre homens e mulheres não representa um registo cumulativo de conhecimento acerca da “verdade”, de como são “realmente” esses indivíduos. Pelo contrário, ela representa para Hare-Mustin e Marecek (1994) essencialmente um repositório de descrições de género, organizado sob domínios afirmativos particulares e reflectindo interesses igualmente particulares. O conceito de género apenas pode ser compreendido num contexto de “poder-conhecimento-práticas sociais” (Hollway, 1994).

As categorias do conhecimento são, então, descrições ou propostas de experiência, modeladas de acordo com os padrões culturais. Numa perspectiva tradicional, essas definições, assim como as próprias categorias, não são examinadas, sendo aceites como naturais e defendidas pelos grupos dominantes (Sampson, 1990, cit. Hare-Mustin & Marecek, 1994).

Quando muitas categorias começaram a ser analisadas pelas feministas, estas surgiram como reflectindo ideias acerca da experiência centradas no masculino, privilegiando modos de ser e de se comportar associados aos homens ou que valorizam aspectos da vida das mulheres que beneficiam os homens <sup>9</sup>.

Para um construcionismo social feminista esta literatura psicológica das diferenças entre homens e mulheres é, portanto, um produto cultural e relacional (Hare-Mustin & Marecek, 1994).

---

<sup>9</sup> Segundo referia Tajfel (1982;1983) a consequência de existirem categorias, é maximizar as diferenças entre grupos e atenuar as diferenças intra-grupos. A categoria "mulher" deu origem a generalizações abusivas (como referimos, os conflitos que se baseiam nas diferentes experiências de mulheres com outra raça, religião, idade, etc.) o que acontece quando, arbitrariamente, se impõem categorias às pessoas é que elas começam a ter uma história comum (Freud, 1994). A tradição da ciência empírica construiu as categorias sociais de acordo com uma possível generalização e número de atributos comuns, que constituíam as espécies "naturais" sendo o comportamento social governado por regras, existindo assim as categorias para as fazer cumprir. Deste modo, as categorias, assim como a sua elaboração e compreensão estabelecem ordens de classe através das quais o comportamento pode ser regulado e governado (pelas prescrições, recomendações e tabus).

Pode-se considerar a perspectiva construcionista social um núcleo do pós-modernismo que se propagou por todas as disciplinas (Freud, 1994). O construcionismo social é uma alternativa que pode permitir dirigir a energia feminista para novas e mais válidas formas de pesquisa. Requer uma abordagem auto-reflexiva, e uma análise crítica das categorias estabelecidas do discurso psicológico (Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a</sup>)<sup>10</sup>.

Em contraste com uma perspectiva essencialista, o construcionismo social assume o género como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações, e que governa o acesso ao poder e aos recursos (Crawford, 1995; Denzin, 1995). Não é por isso um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transacções: ele não existe nas pessoas mas sim nas relações sociais <sup>11</sup>.

O construcionismo social enfatiza a forma como as categorias sociais, ou os processos são produzidos pelo uso da linguagem (Gergen, 1982;1994) e, contrariamente à epistemologia positivista da realidade como “descoberta”, enfatiza a construção da realidade (Burr, 1995), e refere que os fenómenos psicológicos devem ser compreendidos em termos da sua especificidade história e cultural (Gergen, 1982), já que não têm qualquer existência abstracta fora do contexto no qual ocorrem ou são estudados.

O construcionismo social (Gergen, 1982; 1994), assim como a filosofia de tendência pós-modernista (Flax, 1990) reconhecem a contradição como parte fundamental da realidade social e isso é consistente com a argumentação de que

---

<sup>10</sup> Esta perspectiva considera o mundo social como uma empresa humana, uma espécie de invenção humana (Freud, 1994). Nascemos num mundo que tem sido socialmente construído através das prescrições culturais, dos tabus, das crenças, das hipóteses de vida, das actividades, tudo isto através de uma história particular de uma cultura (Burr, 1995; Gergen, 1982). A nossa cultura, isto é, o meio onde nos desenvolvemos e nos construímos oferece-nos os significados para as práticas sociais, assim como para as nossas identidades (Wetherell, 1995). Ela ensina-nos uma linguagem, sintaxe, vocabulário e categorias pré-existentes que modelam a nossa construção como pessoas, constroem o nosso significado (Freud, 1994).

<sup>11</sup> Segundo Bohan (1993) a diferença entre um modo de pensamento essencialista e um construcionista pode ser ilustrado pelo exemplo que implica a diferença de se dizer que alguém é amigável, ou que uma conversação é amigável. Alguém ser amigável pressupõe um traço de uma pessoa, uma componente essencial da personalidade. Numa conversação amigável faz-se referência à natureza da interacção a ocorrer entre as pessoas. Numa abordagem essencialista o género equivaleria à ideia da pessoa amigável, enquanto numa perspectiva construcionista o género é algo análogo à ideia de uma conversação amigável.

categorias importantes como o sexo e o género podem funcionar com definições distintas e em simultâneo numa situação particular. Diferentes participantes, ou mesmo e apenas um só indivíduo, podem, no decorrer de uma interacção social, afirmar diferentes perspectivas de género, dependendo dos aspectos salientes das categorias no momento (Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a</sup>).

Os processos relacionados com o género influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afectam as interacções sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais (Crawford, 1995). Como o género é uma ideologia dentro da qual as diferentes narrativas são criadas, as distinções de género ocorrem disseminadamente na sociedade. O discurso do género envolve a construção da masculinidade e da feminilidade como pólos opostos e a essencialização das diferentes resultantes.

A partir do momento em que o género é encarado não como um atributo dos indivíduos, mas como um sistema de significados, o processo que cria as diferenças sexuais e a forma como se equaciona o poder pode ser compreendido em termos de um sistema de género que funciona a três níveis: societal, interpessoal e individual.

Numa perspectiva construcionista social, as pessoas desenvolvem o seu sentido de self, nos e através, dos discursos disponíveis à sua volta (Burr, 1995; Shotter, 1989), como acontece com o discurso do género. Em maior ou menor grau, tanto homens como mulheres, acabam por aceitar as distinções de género visíveis a nível estrutural e que se estabelecem ao nível interpessoal, tornando-se tipificadas do ponto de vista do género, ao assumirem para si próprias os traços de comportamento e papéis normativos para as pessoas do seu sexo, na sua cultura (Crawford, 1995). Para além desta internalização de traços, comportamentos e papéis, as mulheres internalizam também a sua desvalorização e subordinação (idem, 1995).

O género é, deste modo, uma invenção das sociedades humanas, uma “peça de imaginação” com facetas multifacetadas, tais como construir adultos, homens e mulheres desde a infância, construir os “arranjos sociais” que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres, tais como a divisão das esferas

da vida (privado/público) e a criação de significado, isto é, criar as estruturas linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação (Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a</sup>).

O construcionismo social permite que se coloquem novas questões (Crawford, 1995; Hare-Mustin & Marecek, 1990;), tais como: como é que o género é produzido e sustentado pelos agentes humanos em interacção uns com os outros? através de que estruturas institucionais, práticas sociais e representações culturais, códigos linguísticos e padrões de inter-relação social se torna o género um facto social? quando é que determinada definição de género exerce um mecanismo de controlo social? porque é que só algumas definições de género é que são incorporadas na nossa identidade? o que permite aos indivíduos resistir a determinadas definições de género em circunstâncias particulares?.

A perspectiva feminista na psicologia pode contribuir para a compreensão de todos estes processos, tentando elucidar os mecanismos psicológicos pelos quais o género exerce o seu controlo. Devem desafiar a tendência da psicologia para aceitar a diferença, demonstrando como as categorias, quer profissionais quer culturais são construídas.

Esta nova postura na teoria feminista com repercussão na psicologia social encara o género como uma construção social (Amâncio, 1994; Hare-Mustin & Marecek, 1990<sup>a</sup>; 1990b;1990c;1990d; Nogueira, 1997; Reskin & Padavic, 1994; Unger, 1990), não uma inevitabilidade biológica <sup>5</sup>.

## Referências

- Amâncio, L. (1989). *Factores Psicossociológicos da discriminação da mulher no trabalho*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: ISCTE.
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-21.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

---

<sup>5</sup> Esta distinção é clara na variabilidade que os antropólogos encontram entre comportamentos masculinos e femininos nas diferentes culturas (Mead, 1949, cit. Reskin & Padavic, 1994). Segundo refere Vale de Almeida (1995) “para tentar provar a plasticidade humana, Mead tem a coragem de demonstrar que as emoções sexuadas são (...) construções sociais” (p.103)

- Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo- dois exemplos de exclusão do outro. In H. G. Araújo, P. M. Santos & P. C. Seixas (Coord.). *Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: SPAE.
- Ashmore, R. D. & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual Approaches to Stereotypes and Stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Pub.
- Bem, S. (1981). *Bem sex-role Inventory: professional manual*. Palo Alto: CA Consulting Psychologist.
- Bem, S. L. (1993) *The Lenses of Gender*. London: Yale University Press.
- Benhabib, S. (1990). Epistemologies of Posmodernism: A rejoinder to Jean-François Lyotard. In L. Nicholson (Ed), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Berriot-Salvadore, E. (1991). O discurso da medicina e da ciência. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (3) . Porto: Edições Afrontamento.
- Bohan, J. (1993). Regarding Gender: essencialism, constructionism and feminist psychology. *Psychology of women quarterly*, 17, 5-22.
- Burman, E. (1990). *Feminists and psychological practice*. London: Sage Publications, Inc.
- Burr, V. (1995). An introduction to Social Constructionism. London: Routledge.
- Crawford, M. (1995). Talking Difference. On gender and language. London: Sage.
- Davidson, M. J. & Cooper, G. L. (1986). Executive women under pressure. Special Issue: Occupational and life stress and the family. *International Review of Applied Psychology*, Jul Vol 35(3) 301-326.
- Davidson, M. J., & Cooper, C. L. (1992). *Shattering the glass ceiling-the woman manager*. London: Paul Chapman Publishing, Ltd.
- Denzin, N.K. (1995). Symbolic Interactionism. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Eagly, A. H. (1987). Sex differences in social behavior: A social-role interpretation. N.Y.:Erlbaum.



- Ergas, Y. (1991). O sujeito Mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres. O século XX* (pp 579-607). Porto: Edições Afrontamento.
- Evans, M. (1994). *The woman question*. London: Sage Publications.
- Flax, J. (1990). Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1979). *The History of sexuality*. London: Allen Lane.
- Fraser, N. & Nicholson, N. (1990). Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and Postmodernism. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Freud, S. (1994). The Social Construction of Gender. *Journal of Adult Development*, 1(1), 37-45.
- Gergen, K. J. (1982). Toward Transformation in social knowledge. London: Sage.
- Gergen, K. J. (1994). Realities and relationships. Soundings in Social construction. Cambridge: Harvard University Press.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Lisboa: Celta.
- Harding, S. (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Harding, S. (1990). Feminism, Science and the anti-enlightenment critiques. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Harding, S. (1994). Feminism and Theories of Scientific Knowledge. In M. Evans (Ed.), *The woman question*. London: Sage Publications.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990a). *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990b). On making a difference. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990c). Beyond Difference. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press

- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990d). Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin, R. & Marecek J. (1994). Asking the right questions: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4(4), 531-537.
- Hare-Mustin, R. & Marecek J. (1994). Asking the right questions: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4(4), 531-537.
- Haste, H. (1993). *The Sexual metaphor*. London: Harvester, Wheatsheaf.
- Hollway, W. (1994). Beyond sex differences: a project for feminist psychology. *Feminism and Psychology*, 4(4), 538-546.
- Joaquim, T. (1994). Menina e Moça. Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: ISCTE.
- Kaplan, G. (1992) *Contemporary Western European feminism*. London: UCL Press.
- Kitzinger, C. (1991). Feminism, psychology and the paradox of power. *Feminism and Psychology*, 1, 111-129.
- Lamas, R.W-N. (1995). *Mulheres para além do seu tempo*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lott, B. (1990). Dual natures or learned behavior. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Morawski, J.G. (1990). Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Nogueira, C. (1997). Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social.. Tese de Doutoramento. Braga: universidade do Minho
- Oliveira, A. (1969). *Feminismo*. Enciclopédia Luso-Brasileira. Lisboa: Verbo.

- Powell, G. N. (1993). *Women & Men in Management*. London: Sage.
- Reskin, B. & Padavic, I. (1994). *Women and men at work*. London: Pine Forge Press.
- Rosenau, P. M. (1992). Post-modernism and the social sciences. Insights, Inroads and Intrusions. New Jersey: Princeton University Press.
- Saavedra, L. (1995). *Identidade do género e escolha da carreira em adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Sampson, E. E. (1990). Social psychology and social control . In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing social Psychology*. London: Routledge.
- Segal, L. (1995). A feminists looks at the family. In J. Muncie, M., Wetherell, R., Dallos & A. Cochrane (Eds.), *Understanding the family*. London: Sage.
- Shotter, J. (1989). Social Accountability and the social construction of "you". In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of identity*. London: Sage.
- Soper, K. (1994). Feminism, Humanism and Postmodernism. In M. Evans (Ed.), *The woman question*. London: Sage Publications.
- Tajfel, H. (1982). Grupos Humanos e Categorias Sociais: Estudos em Psicologia Social. Vol I. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. Vol II. Lisboa: Livros Horizonte.
- Unger, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: psychology constructs gender. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press.
- Vale de Almeida, M. (1995). Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Edição Fim de Século.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1991). Doing gender. In J. Lorber & S. A. Farrell (Eds.), *The social construction of gender* (pp. 13-37). California: Sage Publications, Inc.
- Wetherell, M. (1995). Romantic Discourse and feminist analysis: interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.

- Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Wilkinson S. (1986). Sighting possibilities: diversity and commonality in feminist research. In S. Wilkinson (Ed.), *Feminist Social Psychology: Developing Theory and Practice*. Milton Keynes: Open University Press.